DOI:10.30612/rmufgd.v13i26.16990

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

# Libertação nacional argelina e papéis de gênero: a participação feminina na guerra de independência e a construção da mulher no estado pós-colonial

**Amanda K. Antonette**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
E-mail: amandaantonette99@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3698-0568

**Laiza Fortes Siqueira**
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: laizafsiqueira@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-4178-6348

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar a construção dos papéis de gênero na sociedade argelina durante a Libertação Nacional. Busca-se, através de uma perspectiva feminista pós-colonial, compreender quais foram as representações de gênero construídas durante a guerra de independência e como se deu a agência feminina no movimento de libertação e na construção do Estado argelino. Assume-se que a participação feminina na libertação não foi apenas prática, mas também simbólica,

na medida em que em torno da condição da mulher argelina desenvolveu-se uma série de representações de gênero, utilizados em campanhas tanto nacionalistas como francesas. Esses papéis e espaços estiveram em disputa durante toda a libertação nacional. Busca-se, também, compreender como as mulheres militantes utilizaram-se destas representações e papéis sociais para atuarem politicamente e inserirem-se no espaço público.

**Palavras-Chave:** Libertação Nacional argelina; Movimento feminista argelino; Papéis de gênero.

## Algerian national liberation and gender roles: female participation in independence war and the construction of women in the post-colonial state

**Abstract:** This paper aims to analyze social construction of gender roles in Algerian society during National Liberation. It seeks, through a postcolonial feminist perspective, to understand which gender representations were constructed during the independence war and how female agency took place in the liberation movement and on the construction of the Algerian State. It assumes that female participation in the independence was not only empirical, but also symbolic, insofar as a series of gender roles were developed around the condition of Algerian women used in both nationalist and colonial campaigns. These roles and spaces remained in dispute throughout national liberation. The paper also seeks to understand how militant women used these representations and social roles to act politically and insert themselves in the public space.

**Key words:** Algerian National Liberation; Algerian Feminist Movement; Gender roles.

## Libertación nacional argelina y roles de género: participación femenina en la guerra de independencia y construcción de la mujer en el estado poscolonial

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo analizar la construcción de los roles de género en la sociedad argelina durante la Libertación Nacional. Se busca, através de una perspectiva feminista poscolonial, comprender qué representaciones de género se construyeron durante la guerra de independencia y cómo se desarrolló la agencia femenina en el movimiento de libertación y en la construcción del Estado argelino. Se supone que la participación femenina en la libertación no sólo fue práctica, sino también simbólica, en la medida en que se desarrolló una serie de representaciones de género en torno a la condición de las mujeres argelinas, utilizadas tanto en las campañas nacionalistas como en las francesas. Estos roles y espacios estuvieron en disputa a lo largo de la libertación nacional. También buscamos comprender cómo las mujeres militantes utilizaron estas representaciones y roles sociales para actuar políticamente e adentrar el espacio público.

**Palabras clave:** Libertación Nacional de Argelia; movimiento feminista argelino; Roles de género.

Recebido em: 14/04/2023
Aceito em: 10/09/2024

BY NC SA

## INTRODUÇÃO

A Libertação Nacional argelina, desencadeada na década de 1950, a partir de forças nacionalistas e panarabistas, representou uma reestruturação das instituições sociais argelinas. Este processo implicou também o remodelamento das estruturas e papéis de gênero (ROBERTS, 2007; SALHI, 2010; VINCE, 2010). Assim, o problema que inspira esta pesquisa é: de que maneira se deu a reconstrução de papéis de gênero durante a guerra de libertação nacional argelina? Relacionado a isso, como as mulheres militantes questionaram e utilizaram-se destes papéis para a atuação política? Nesse sentido, objetiva-se abordar, primeiro, quais foram as representações de gênero construídas durante a luta de libertação nacional e de que forma elas influenciam a construção de papéis de gênero para o projeto de nação pós-colonial argelino. Posteriormente, busca-se analisar como se deu a agência feminina durante a libertação e construção do Estado argelino desafiando estes papéis - em que medida elas foram condicionadas pela estrutura de gênero, as utilizaram para a ação política ou as questionaram.

A relação colonial reflete uma estrutura de gênero[1], na medida em que feminiza o colonizado, caracterizando-o como "fraco, passivo, irracional, desordenado, imprevisível, sem autocontrole e economicamente e politicamente incompetente" (PETERSON, 2010, tradução nossa[2]), utilizando-se da binariedade moderna entre feminino e masculino para construir a superioridade da potência europeia (do masculino) e a dominação da colônia (o feminino). Da mesma forma, a binariedade moderna que constitui a racialização busca legitimar uma suposta superioridade civilizacional e racial, que permita a dominação, exploração e necessidade de gerência nos territórios não europeus (FANON, 2005; LIPPOLD, 2005).

O gênero constitui uma criação ocidental, e a binariedade de gênero e a hierarquia de poder que o constitui são impostos às sociedades colonizadas pelos colonizadores. A relação colonial e as relações de gênero modernas se formam conjuntamente, e, portanto, carregam em si uma dupla hierarquização simultânea: de gênero e de raça (OYĚWÙMÍ, 1997). As estruturas sociais modernas que legitimam a colonização, portanto, contém uma racialização e uma generificação das sociedades não-europeias. Nesse sentido, ao tratar das reestruturações sociais que ocorrem com a libertação nacional, é indispensável manter centralizadas as categorias de raça e gênero, e reconhecer que estas não são universais, mas se constituem histórica e socialmente.

1 Utilizaremos aqui o conceito de estrutura de gênero para nos referirmos às normas, comportamentos e valores que se pautam por uma binaridade entre um feminino e um masculino e por uma hierarquização entre estes dois polos, em que o masculino é polo positivo (tido como aquilo que é universal) e o feminino é o polo negativo (PETERSON, 2010).

2 Tradução livre, em original: "weak, passive, irrational, disorderly, unpredictable, lacking self-control, and economically and politically incompetent" (PETERSON, 2010)

Said (1990) desenvolve o conceito de orientalismo enquanto a diferença ontológica e epistemológica entre o Ocidente e o Oriente, através de uma construção retórica que coloca as sociedades não-europeias como primitivas, não civilizadas, menos desenvolvidas, e dependentes, enquanto coloca o Ocidental como a perspectiva e experiência universal, desenvolvida e superior. Assim, essa divisão binária e hierarquizada inferioriza e mistifica tudo que é o Oriental (SAID, 1990). A perspectiva do orientalismo centraliza a forma como as sociedades não-ocidentais são lidas e imaginadas pelos europeus e como esta diferenciação e construção do Outro foi necessária para a criação de uma Europa. A partir deste conceito, reflete-se os papéis sociais e imaginários do colonizado e do colonizador. O recorte de gênero deste conceito é elaborado por Yegenoglu (1998) e Zine (2006), que percebem as semelhanças do orientalismo com a diferenciação sexual, e o papel da estruturação de gênero na construção do orientalismo (YEGENOGLU, 1998; ZINE, 2006).

No discurso orientalista, a mistificação é chave para a construção do Oriente como o outro, o distante, o incompreensível, assim como para a construção da virilidade colonial, para o desejo de penetração ocidental nestas sociedades (YEGENOGLU, 1998). Nesse sentido, a estrutura de gênero, a de raça e a colonialidade se interseccionam, "a mulher é o Oriente, o Oriente é a mulher; a mulher como o Oriente, o Oriente como a mulher, existe velada; ela nada mais é do que o nome da mentira e da desilusão" (YEGENOGLU, 1998, p.56, tradução nossa[3]). O objetivo disto é a lógica de subjugação deste Oriente a um Ocidente, desse feminino a um masculino, naturalizando esta estrutura. É neste sentido que se afirma que a estrutura de gênero, e as representações femininas não podem ser analisadas de maneira separada às estruturas coloniais e de raça (YEGENOGLU, 1998; ZINE, 2006). Da mesma forma, esta relação evidencia a constituição de uma colonialidade de gênero, em que a diferenciação de gênero é utilizada enquanto uma ferramenta de subjugação (OYĚWÙMÍ, 1997; LUGONES, 2014).

O contexto colonial é, essencialmente, violento. A relação de poder pela qual se constrói a diferença entre colonos e colonizados, pela qual a metrópole constrói a colônia, pauta-se por uma violência constante. Dessa forma, romper essa estrutura implica também um ato violento. O colonizado quebra a relação colonial através das Guerras de Libertação Nacional (FANON, 2005).

A guerra e a militarização, como diversas teóricas feministas vêm enfatizando, não são processos neutros em relação à gênero (SJOBERG; VIA, 2010), pelo contrário, reforçam e reafirmam uma hipermasculinização (SJOBERG; VIA, 2010). Nesse sentido, também a militarização dos movimentos de independência passa por uma estruturação de gênero (SJOBERG; VIA, 2010). Neste processo, naturaliza-se a ideia de homens como protetores e mulheres como

3 Tradução livre, em original: "woman is the Orient, the Orient is woman; woman like the Orient, the Orient like the woman, exists veiled; she is nothing but the name of untruth and deception" (YEGENOGLU, 1998, p.56).

necessitadas de proteção, esse discurso está tanto na perspectiva pró-independência, de proteção da mulher enquanto representante da nação, quanto na colonizadora que vê no Outro, homens colonizados, agressão e violência e as mulheres como necessitadas de salvação pelo europeu (ENLOE, 2014). Em contextos de libertação nacional, as mulheres são percebidas, em suas comunidades, como

> (1) os bens mais valiosos da comunidade – ou da nação; (2) os principais meios para transmitir os valores de toda a nação de uma geração para a próxima; (3) portadoras das futuras gerações da comunidade – ou, grosseiramente, úteros nacionalistas; (4) os membros da comunidade mais vulneráveis à corrupção e exploração por governantes estrangeiros opressores, e (5) aquelas mais suscetíveis à assimilação e cooptação por forasteiros insidiosos (ENLOE, 2014, p.108, tradução nossa[4]).

Estas cinco imagens colocam as mulheres como um objeto importante para suas nações, e para seus movimentos de libertação nacional, no entanto, apenas como objetos. A participação das mulheres nas lutas de libertação se dá em meio a esta disputa de significados. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que a participação das mulheres na Guerra de Libertação se deu não apenas de forma prática, mas também simbólica, na medida em que em torno da condição da mulher argelina funda-se uma série de representações utilizadas em campanhas pró-independência e pró-colonial, tendo a sua emancipação sido usada como justificativa de ambos os projetos.

Na base deste debate sobre a condição das mulheres estava a percepção da mulher argelina como símbolo da identidade coletiva, responsável pela transmissão da história, cultura e valores da sociedade (FLOOD, 2016; LALAMI, 2008; ROBERTS, 2007; WILSON, 2018), tal representação está diretamente relacionada ao papel social da mulher como reprodutora (COOKE, 1994; FLOOD, 2016; ROBERTS, 2007). Uma segunda hipótese é que as militantes argelinas se utilizaram desta disputa de representações tanto para a participação política dentro da Frente de Libertação Nacional (FLN) (FLOOD, 2016; PEREGO, 2015; ROBERTS, 2007; VINCE, 2010), quanto a FLN a utilizou para atrair o apoio popular e da opinião pública internacional (FLOOD, 2016; PEREGO, 2015; ROBERTS, 2007; SLYOMOVICS, 2016; VINCE, 2010).

Durante a Guerra, as mulheres desafiaram e subverteram seus papéis tradicionais, participando da luta armada e ocupando espaços públicos, "[a] rebelião das mulheres argelinas teve duas frentes: foi simultaneamente uma rebelião contra a ocupação colonial e contra as

4 Tradução livre, em original: "(1) the community's—or the nation's—most valuable possessions, (2) the principal vehicles for transmitting the whole nation's values from one generation to the next, (3) bearers of the community's future generations— or, crudely, nationalist wombs, (4) the members of the community most vulnerable to defilement and exploitation by oppressive alien rulers, and (5) those most susceptible to assimilation and cooption by insidious outsiders"(ENLOE, 2014, p.108).

atitudes restritivas da sociedade tradicional argelina" (SALHI, 2010, p.116, tradução nossa[5]). No entanto, com o final da Guerra, foram os valores associados à mulher como protetora moral das famílias e transmissora das tradições muçulmanas que foram evidenciados (FLOOD,2016; LALAMI, 2008; ROBERTS, 2007; SALHI, 2010; VINCE, 2010). Como Roberts (2007) coloca, "enquanto as mulheres forem tipicamente construídas como portadoras simbólicas da nação, será negada a elas qualquer relação direta como agentes nacional" (ROBERTS, 2007, p.391, tradução nossa[6]).

A partir disto, compreende-se que entender as representações e papéis sociais femininos que foram construídos durante a Guerra de Independência e que se tornaram parte do projeto de nação pós-colonial da FLN traz importantes insights para refletir sobre a condição e a participação política das mulheres argelinas atualmente. Parte da compreensão de porque tão pouco foi feito em direção à emancipação feminina após a independência e porque as mulheres foram as primeiras e mais atacadas pelos conservadores fundamentalistas implica compreender o papel que lhes foi relegado no projeto de nação da FLN, e, também, entender por que as mulheres, enquanto coletivo, não foram incluídas na construção do Estado pós-independência. Assim, perceber a formação das estruturas de gênero pós-coloniais na Argélia e a agência feminina abrem portas para uma maior compreensão acerca do papel feminino na construção do Estado, em movimentos de resistência, e a questionar por que projetos anticoloniais consolidam estruturas patriarcais.

Em *Our fighting sisters* (2015), Nathalya Vince delimita temporalmente a Libertação Nacional entre 1954 e 2002, por perceber que tal processo não teve seu fim com a independência política da França, mas estendeu-se até o final da Guerra Civil, em 2002. Segunda a autora, as dinâmicas da libertação continuam estendendo-se pelas décadas posteriores, e mantém-se durante a Guerra Civil. Em resenha do livro, Enloe (2018) retoma essa escolha temporal como essencial para o estudo das estruturas de gênero argelinas, uma vez que a disputa sobre o papel e o espaço feminino continua mesmo após a independência. Por este motivo, o recorte temporal deste estudo segue o mesmo período.

5 Tradução livre, em original: "[t]he rebellion of Algerian women had two fronts: it was simultaneously a rebellion against the colonial occupation and against the restrictive attitudes of traditional Algerian society" (SALHI, 2010, p.116).

6 Tradução livre, em original: "as long as women are typically constructed as the symbolic bearers of the nation, they will be denied any direct relation to national agency" (ROBERTS, 2007, p.391).

## O SURGIMENTO E ASCENSÃO DOS NACIONALISMOS ARGELINOS

A Argélia foi o primeiro território ultramar ocupado pela França pós-napoleônica, marcando o início de seu Segundo Império. A ocupação francesa na Argélia desestruturou qualquer forma de organização econômica pré-colonial (LIPPOLD, 2005). Um fator importante na construção da narrativa colonial francesa era o ideal do europeu salvador, que se atrelou à tentativa de que os colonizados abandonassem tradições religiosas e culturais constituintes da identidade muçulmana (YAZBEK, 2010). O governo francês decretou que todos os argelinos que abandonassem as práticas islâmicas receberiam o status de cidadão nato francês. Assim, ocorreu uma tentativa de que os argelinos assumissem os padrões sociais, religiosos e culturais europeus. Estas tentativas tornaram a prática do islamismo uma força de resistência contra a colonização e as fortaleceram enquanto parte da identidade argelina (YAZBEK, 2010).

É neste contexto que surgiram os grupos nacionalistas argelinos, como a Estrela Norte Africana (ENA) que depois de dissolvido devido a repressão francesa tornou-se a União dos Muçulmanos Norte-Africanos (UMNA); com ênfase na relação entre religiosidade e política. Posteriormente, houve a criação do Partido do Povo Argelino (PPA) e que deu origem à Organização Especial (OS), grupo que teria um papel central na luta armada contra a França (YAZBEK, 2010). Em resposta ao surgimento destes grupos, o Estado colonial atuou violentamente para reprimi-los. No entanto, uma série de fatores tornaram as forças nacionalistas impossíveis de serem detidas. Internacionalmente, as revoluções do século XX e as mobilizações em direção a uma "sociedade global", como a criação da ONU, fortaleceram as forças sociais locais, influenciando os movimentos argelinos (BARCLAY; ANN CHOPIN; EVANS, 2017).

A participação dos argelinos na Segunda Guerra Mundial no exército francês, e a independência do Marrocos, também atuaram no amadurecimento do nacionalismo argelino. Por incluírem nos seus exércitos milhares de argelinos para lutarem durante as Guerras Mundiais, a França concedeu aos veteranos de guerra a cidadania francesa (GALLAGHER, 2002). Os que permaneceram em território africano formaram parte da nova elite militar, e parte deste grupo migrou para a Europa, iniciando uma comunidade argelina em Paris, que seria a responsável pela gênese intelectual dos movimentos de libertação. Ainda, o próprio Partido Comunista francês e outras organizações intelectuais francesas contribuíram e apoiaram os movimentos de libertação (VISENTINI, 2010).

O ENA (Étoile Nord Africaine - North African Star) foi fundado em Paris, em 1926, por trabalhadores das indústrias francesas do Maghreb e objetivava a independência do Norte da África. O partido foi dissolvido em 1937, por temor do governo francês de que suas ambições se mostrassem contagiosas (FOIS, 2017). Ao ENA seguiu-se a criação do PPA (Parti du Peuple Algérien - Algerian People's Party), continuando o projeto deste (SAJED, 2019). O PPA foi perseguido pelo governo francês a partir de 1946, e, posteriormente, substituído pelo MTDL

(Mouvement pour le triomphe des libértés démocratiques - Movement for the Triumph of Democratic Freedoms), que, inicialmente, deveria manter os princípios e objetivos do PPA, buscando legalizá-lo, mas que acabou por rachar quando uma ala menos reformista optou pela resistência armada. Havia ainda um segundo grupo dissidente, a Organization Spéciale (OS), que tinha como objetivo combater o colonialismo fosse de maneira legal ou ilegal. A dissolução da OS pela polícia francesa levou estes militantes para o MTDL, causando a cisão que formou, portanto, a FLN (Frente de Libertação Nacional), e a MNA (Mouvement National Algérien) (SAJED, 2019).

Neste momento é possível perceber três projetos nacionais, defendidos pelos grupos de libertação, que representam os ideais e interesses das diferentes elites que comandavam estes processos, e nem sempre compartilhavam de interesses e objetivos similares para o Estado independente. Horne (2006) propõe uma divisão de 3 correntes nacionalistas argelinas: a religiosa, a libertária e a revolucionária, cada uma com um projeto de nação distinto. O projeto liberal buscava a assimilação com os franceses na base da igualdade de direitos, ou seja, manutenção do domínio francês, mas com a identidade argelina e a igualdade de direitos ao povo (SAJED, 2019). A UDMA (Democratic Union of the Algerian Manifesto), que defendia este projeto, foi dissolvida em 1956, agrupando-se à FLN. O projeto de corrente religiosa buscava o retorno a um passado anterior à colonização, com enfoque na restauração das práticas religiosas, linguísticas e valores deste passado, no entanto, não defendia a emancipação política nacional, mas um nacionalismo linguístico e religioso (SAJED, 2019).

Já o projeto revolucionário socialista, que permaneceu realizada a independência, carregava os ideais terceiro-mundistas e dos partidos socialistas que o apoiaram, era defendido pelo PCA, e depois pelo MTDL/MNA e pela FLN (SAJED, 2019). A FLN alcançou um tipo de monopólio dos movimentos de libertação através de uma disputa de poder acirrada (SAJED, 2019). A partir de 1956 a FLN passou a exigir a dissolução de todos os outros movimentos e partidos (SAJED, 2019) até que, ao final da década de 1950, "nacionalismo passou a ser sinônimo de independência, e o Movimento Nacional passou a ser identificado com a FLN" (FOIS, 2017, p.108, tradução nossa[7]). Devido a este desfecho das disputas de poder durante a libertação, este trabalho terá como enfoque a atuação da FLN.

7 Tradução livre, em original: "nationalism became synonymous with independence, and the National Movement became identified with the FLN" (FOIS, 2017, p.108).

## GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA ARGÉLIA (1954-1962): A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Assume-se a Guerra de Independência argelina como o momento de construção do projeto de nação pós-colonial, e, portanto, como o momento em que ocorre a reestruturação e transformação das instituições organizativas da sociedade, dentre as quais as de gênero. A sociedade argelina até o momento era fortemente caracterizada pela hierarquização colonial, e as relações de gênero também seguiam essa estruturação. A subjugação das sociedades colonizadas também passou por uma subjugação das mulheres na hierarquia social (OYĚWÙMÍ, 1997). Através da disputa entre o Estado colonial e os Movimentos de Libertação sobre a narrativa nacional e a identidade argelina, abre-se espaço para uma redefinição do papel das mulheres na sociedade pós-independência e uma reorganização das estruturas de gênero (ROBERTS, 2007; SALHI, 2010; VINCE, 2010).

A participação das mulheres argelinas na Guerra de Independência é, com frequência, diminuída ou invisibilizada, embora seu papel na libertação nacional tenha sido central. Estima-se que cerca de 11.000 mulheres participaram da libertação nacional, embora militantes afirmem que a quantidade foi maior (FLOOD, 2016). Apesar de estruturas patriarcais limitantes e que com frequência apagavam as vozes das argelinas, "[as] mulheres argelinas sempre desempenharam papéis importantes nas mudanças em sua sociedade" (SALHI, 2010, p.113, tradução nossa[8]). A centralidade de uma narrativa masculina reflete a profundidade da herança colonial em reconstituir a história a partir dos preceitos ocidentais, dentro os quais as mulheres não assumem espaços públicos ou violentos (OYĚWÙMÍ, 1997; SJOBERG; VIA, 2010).

Um dos principais papéis das mulheres argelinas na Libertação não foi, porém, prático, mas simbólico, na medida em que em torno da condição da mulher construiu-se uma série de representações nacionais da identidade argelina. Estes foram mobilizados tanto pelas campanhas de Libertação Nacional, quanto pelo Estado francês, como forma de enfraquecer estes movimentos e afirmar sua dominação sobre o povo argelino (PEREGO, 2015; SALHI, 2010). No que concerne às representações femininas durante a Libertação Nacional é necessário destacar o debate acerca do véu, uma vez que nenhum outro símbolo tenha demarcado tanto a relação colonial e a visão orientalista sobre as mulheres muçulmanas quanto este (YEGENOGLU, 1998).

O discurso francês representou o véu como um instrumento de submissão feminina, utilizado para ocultar as mulheres e mantê-las "envoltas em trevas e impregnadas de tradição, para manter essas mulheres distanciadas da modernidade" (PEREGO, 2015, p.361, tradução

8 Tradução livre, em original: "[the] algerian women have always played major roles in effecting change in their society" (SALHI, 2010, p.113).

nossa[9]), reforçando uma retórica orientalista. A perspectiva orientalista aqui se manifesta através de uma mistificação feminina de caráter objetificante, as mulheres são vistas como *puzzles* a serem desvendados, mas não sujeitos. Para os franceses, o véu era o símbolo da incivilidade e do caráter repressivo da sociedade argelina e do islã (PEREGO, 2015), e o desvelamento representaria a assimilação à cultura francesa, a vitória simbólica do colonizado, a submissão do povo argelino, "a penetração da ideologia ocidental no coração sagrado da família argelina" (FLOOD, 2016, p.3, tradução nossa[10]).

Essa busca por "modernizar" as mulheres argelinas e apagar sua relação com elementos tradicionais da sociedade islâmica também manifesta um desejo de impor uma socialização ocidentalizada sobre as comunidades colonizadas. Esse processo assume uma dimensão de gênero por ser esta uma ferramenta de poder colonial. Assim, ao impor às mulheres argelinas uma representação de gênero mais ocidentalizada, o Estado francês estaria consolidando mais profundamente a relação colonial. Nesse sentido, os processos de construção de uma identidade de gênero nos termos ocidentais e da hierarquia de gênero é inseparável da construção de uma relação colonial (OYĚWÙMÍ, 1997).

## As representações e papéis sociais das mulheres argelinas na luta pela independência nacional

Ao afirmar o papel simbólico da participação das mulheres argelinas na independência nacional não negamos sua participação prática, mas ressaltamos a centralidade do status social e das representações femininas, especialmente sobre os corpos, na disputa política (ROBERTS, 2007; WILSON, 2018). O papel das mulheres argelinas era um ponto essencial desta disputa, seja como evidência da inferioridade e incivilidade do povo colonizado, seja como resistência do povo argelino frente à colonização (LALAMI, 2008). Na raiz desta significância estava a associação das mulheres à sobrevivência da identidade argelina e seu papel na construção de uma nova nação, relacionado ao papel reprodutivo - tanto no sentido de darem a vida às novas gerações, darem vida à nova nação, quanto à responsabilidade outorgada às mulheres na transmissão da cultura, história e valores para as próximas gerações (LALAMI, 2008; ROBERTS, 2007). Nesse sentido, o Estado francês buscava ocidentalizar e assimilar as mulheres como forma de apagar a identidade e cultura argelina. Ao mesmo tempo, os Movimentos nacionalistas buscavam conquistar o apoio da população feminina contra o colonialismo, associando a sua libertação a libertação nacional (SALHI, 2010).

9 Tradução livre, em original: "shrouded in darkness and steeped in tradition as to thereby keep these women distanced from modernity" (PEREGO, 2015, p.361).

10 Tradução livre, em original: "the penetration of Western ideology into the sacred heart of the Algerian family" (FLOOD, 2016, p.3).

CC BY NC SA

Com a inserção das mulheres na luta política, nos anos 1950, o seu papel social começa a se modificar. A FLN buscou integrá-las na luta nacionalista por perceber que a participação feminina lhes dava credibilidade - tanto nacionalmente, demonstrando a popularidade e confiança no movimento (LALAMI, 2008), quanto internacionalmente, atraindo os olhares da opinião pública internacional[11]. A propaganda nacionalista em âmbito internacional com imagens de mulheres militantes foi empregada pela FLN como forma de afirmar a legitimidade do Movimento e como uma "uma arma importante no combate à representação do nacionalismo como um movimento minoritário liderado por fanáticos religiosos" (VINCE, 2010, p.455). Nesse sentido, Djamila Bouhired, uma militante sentenciada à morte pelo Estado colonial tornou-se, através de campanhas internacionais, símbolo da resistência e da luta nacionalista argelina (LALAMI, 2008, p.24).

Já as representações construídas pelo Estado colonial eram carregadas de um caráter orientalista, em que as mulheres submissas eram prova da inferioridade e do atraso do povo, do enigmático e do subjugado colonizado. Para fazer frente à campanha internacional da FLN, o Estado francês moveu uma campanha pró-colonial na qual afirmava que a manutenção da Argélia francesa era a única forma de modernizar a sociedade e emancipar as mulheres argelinas (PEREGO, 2015). Na narrativa francesa, emancipar as mulheres era equivalente a adquirir valores, costumes e aparências ocidentais, especialmente, associando o islã à opressão feminina. Essa disputa era, em suma, "sobre quem poderia provar para os estrangeiros que era mais capaz de cuidar da Argélia e de seu povo" (PEREGO, 2015, p.357, tradução nossa[12])[13].

Em contrapartida às ações francesas, os militantes da FLN reforçavam o papel do islamismo e das tradições argelinas enquanto resistência ao colonialismo (PEREGO, 2015). Além disso, a FLN trabalhou para mostrar a contradição por trás da campanha francesa e expor a forma como o exército francês promovia uma série de atividades que violavam os direitos e a liberdade dessas mulheres - desde a imposição de vestimentas ocidentais em zonas e instituições francesas e da humilhação e exposição pública de meninas argelinas à tortura e violência física e sexual utilizada contra militantes ou afiliadas à militantes da causa argelina (PEREGO, 2015; SALHI, 2010).

11 A campanha internacional da FLN mobilizou tamanho engajamento a ponto de historiadores afirmarem que a independência argelina foi uma guerra ganha diplomaticamente mais do que militarmente (VINCE, 2010).

12 Tradução livre, em original: "over who could prove to outsiders that they were best able to care for Algeria and its people" (PEREGO, 2015, p.357)

13 Os franceses utilizaram-se de duas estratégias nesta disputa. Primeiro, "French officials concocted imaginary representations of Muslim women through staging events or creating images and texts supposedly reflecting reality but in actuality skewing it" (PEREGO, 215, p.357), distribuindo estas imagens na mídia internacional; ou então, buscavam alterar a realidade de fato, persuadindo ou coagindo mulheres a mudarem seus hábitos - especialmente referente às vestimentas - fotografando-as e divulgando internacionalmente. O mito da exclusão política das mulheres antes de que a França lhes advisse a benevolência da participação política era utilizado para justificar que muitas mulheres escolhessem continuar com seus costumes e tradições "retrógradas" (PEREGO, 2015).

Longe das câmeras, os soldados e oficiais franceses não se continham em utilizar a violência contra as mulheres argelinas, inclusive através da tortura (PEREGO, 2015). Além disso, a violência empregada contra as mulheres foi utilizada como ataque não apenas a elas, mas às suas famílias e ao povo argelino como um todo. A característica central deste tipo de violência é exatamente representar um ataque à honra, e, portanto, simultaneamente à subjetividade e coletividade (SALHI, 2010).

Neste sentido, a batalha sobre a significado do uso do véu ganha destaque tanto nos discursos franceses quanto nacionalistas. Anteriormente à independência, o véu já representava a disputa entre assimilação e resistência. Por um lado, o discurso colonial girava em torno da necessidade de modernizar, civilizar, libertar a Argélia e suas mulheres, sustentando a relação colonial do europeu salvador (FLOOD, 2016; PEREGO, 2015; ROBERTS, 2007; VINCE, 2010; WADOWIEC, 2013; YEGENOGLU, 1998). A narrativa francesa colocava o véu como um instrumento de submissão feminina, como um objeto para ocultar as mulheres, e oprimi-las. A batalha colonial por dominar o Oriente, por desvendar esse território, é refletida no desejo de desvelar as mulheres muçulmanas - é o véu que marca o limite do poder colonial (YEGENOGLU, 1998).

Para os nacionalistas a utilização do véu simbolizava exatamente o oposto: a libertação das mulheres e da sociedade argelina da relação colonial. O véu significava ao mesmo tempo a recusa a ser dominada, submissa à França, e a reafirmação da identidade argelina e muçulmana. Durante a libertação, ele foi ressignificado enquanto um instrumento de luta política, através do qual se transportavam objetos de maneira secreta e, simbolicamente, reafirma a identidade nacional independente. Nesse sentido, o véu simbolizava a liberdade nacional, a resistência política e a identidade argelina e muçulmana independente (FLOOD, 2016; ROBERTS, 2007).

A FLN promovia a ideia de que não era necessário ocidentalizar-se ou desvelar-se para ser livre. Essa narrativa se construía tanto através da participação midiática da FLN como através da utilização do véu como instrumento de ação política. Em relação à presença midiática, a FLN promoveu fortemente a participação de ativistas ocupando espaços públicos e discursivos, principalmente internacionalmente, como nas Nações Unidas e em veículos de mídia internacionais. Figuras femininas como Zohra Drif, Djamila Amrane Minne, Djamila Bouhired e Djamila Boupacha ficaram conhecidas como grandes militantes da libertação nacional (FLOOD, 2016). Por outro lado, mulheres da FLN utilizavam a ideia francesa de subordinação e passividade para passarem despercebidas, e escondiam embaixo dos véus remédios, alimentos e armamentos destinados ao movimento de libertação (FLOOD, 2016). Em ambas as frentes, o uso do véu era evidenciado como um elemento de força e identidade nacional para essas militantes.

## As mulheres como reprodutoras de violência e o conflito com o espaço privado

O processo de independência complexifica-se ao levar-se em conta a atuação direta das mulheres na luta e na nação em formação. Movimentos nacionais, enquanto forças sociais, estão repletos de relações de poder e perpassados pela estrutura de gênero (ENLOE, 2014). O movimento de libertação argelino se constrói a partir da perspectiva masculina e reflete essa percepção da relação colonial (SALHI, 2010). Aqui novamente evidencia-se a intersecção de gênero na relação colonial. A subjugação das sociedades coloniais não se limita a inferiorização do homem colonizado, mas também contém uma diferenciação binária de gênero, em que as mulheres são duplamente inferiorizadas. O Estado colonial é um Estado intrinsecamente patriarcal e violento (OYĚWÙMÍ, 1997). A partir disto, a inserção feminina na Libertação Nacional representa um desafio não apenas às estruturas coloniais, mas também às estruturas patriarcais.

As mulheres assumiram um papel essencial na luta armada contra as forças francesas, foram elas que frequentemente estiveram à frente de serviços de carregamento de suprimentos e, principalmente, encarregadas de proferir ataques terroristas. Debaixo dos véus, as mulheres escondiam e transportavam cartas, dinheiro, remédios e até mesmo armas. Já vestidas à moda ocidental, elas adentravam s áreas francesas e depositavam explosivos. Os ataques terroristas e ações que necessitavam de maior mobilidade dentro dos cenários urbanos, controlados pelos franceses, frequentemente eram realizados por mulheres, uma vez que as forças francesas consideravam a ausência do véu como um símbolo da adesão feminina à causa colonial (SALHI, 2010).

A utilização da estética ocidental e a percepção das mulheres como dóceis e passivas permitia, portanto, que estas militantes atuassem politicamente (FLOOD, 2016). Neste sentido, as combatentes utilizaram-se da narrativa francesa de modernização e salvação das mulheres argelinas como estratégia de ataque. Elas enganavam as tropas francesas infiltrando-se em seus espaços, mobilizando a fantasia colonial da mulher argelina moderna e ocidental contra o próprio colonizador (WILSON, 2018).

O movimento de libertação nacional, porém, também foi construído através de estruturas de poder de gênero (ENLOE, 2014). Apesar de participarem ativamente como combatentes durante os anos de conflito e a FLN constantemente mobilizar esta participação como propaganda internacional, Flood (2016) argumenta que documentos do grupo e de seus líderes reportavam que a participação feminina era percebida como temporária, e que com a independência presumia-se que as mulheres deveriam retornar aos seus papéis tradicionais no espaço doméstico. A inserção da mulher na esfera pública e sua emancipação nos pós independência eram percebidas como a imposição de valores sociais ocidentais (FLOOD, 2016).

Apesar de terem sido parte fundamental do movimento de libertação, as mulheres não tiveram suas demandas e pautas inseridas no Estado pós-Independência. No pós-indepen-

dência, as mulheres argelinas não foram reconhecidas como militantes e combatentes em igualdade aos homens. Uma vez que contextos de militarização e guerra são hipermasculinizados, este cenário contrapõe as normas de gênero tradicionais. A partir disso, a atuação das mulheres é lida apenas em termos simbólicos e passivos, que reforçam e validam os papéis de gênero (ENLOE, 1993).

A violência e a guerra são características consideradas intrínsecas ao ser masculino, perpetuado pela divisão do trabalho e das estruturas sociais de gênero: a mulher garante a manutenção do lar privado e da família, garantindo a reprodução da espécie e da cultura; ao homem, é concebida a esfera pública, a violência e a guerra, em que deve fornecer alimento e proteção ao lar, ao doméstico (ABRAHÃO; VIEL, 2018). A capacidade de reproduzir e perpetuar a violência não é considerada parte do comportamento feminino. Isso nega às mulheres o reconhecimento enquanto atores na guerra, porque vai de encontro ao seu papel social estabelecido no âmbito doméstico e na esfera privada. Ademais, mesmo quando inseridas em contextos tipicamente masculinos, a mulher é enquadrada em moldes de comportamento, estética e ação masculinizados (SJOBERG; VIA, 2010).

Assim, mesmo com o engajamento uma participação política feminina mais ampla e a afirmação constitucional de que homens e mulheres eram dotados dos mesmo direitos e deveres, isto não foi posto em prática (SALHI, 2010). O que ocorreu foi um enfoque no papel privado feminino: como mulheres criaram homens capazes de lutar contra o domínio colonial; como as mulheres honrosamente passaram aos seus filhos a cultura, os valores, e os costumes argelinos e garantiram a perpetuação destes nas gerações futuras (SALHI, 2010). Ao participarem da luta de libertação e abrirem espaço para o debate acerca dos papéis de gênero na sociedade, as mulheres argelinas constataram e experienciaram como as estruturas patriarcais não se findam com o domínio colonial, mas persistem e se interseccionam com a colonialidade, legados que precisariam ser confrontados na nação pós-independência (SALHI, 2010).

## O ESTADO NACIONAL E A EMERGÊNCIA DA GUERRA CIVIL ARGELINA (1991-2002): DIREITOS EM DISPUTA

Após a conquista da Independência, porém, as mulheres não foram chamadas a participar da construção do novo Estado. Enquanto cerca de 11.000 mulheres participaram da Guerra, na Primeira Assembleia Constituinte, em 1962, elas ocuparam apenas 10 das 194 cadeiras (AMRANE-MINNE; ABU-HAIDAR, 1999; MARZOUKI, 2010). A partir de 1963, a FLN passou a rejeitar os ideais de "emancipação das mulheres" e a adquirir uma postura cada vez mais conservadora em relação à posição social destas (MARZOUKI, 2010).

A vulnerabilidade tanto física quanto social das mulheres argelinas evidenciou-se nos anos seguintes através de uma série de leis que limitaram seus direitos e sua participação na esfera pública (FLOOD, 2016), e intensificou-se com a popularização e crescimento dos grupos fundamentalistas a partir do governo de Chadli Bendjedid (1979-1992). Nestes 13 anos, os grupos fundamentalistas adquiriram cada vez mais espaço e influência, pressionando o Estado e logrando a aprovação de iniciativas legislativas, especialmente em relação aos direitos das mulheres e à família (SALHI, 2010).

Ainda que as veteranas de guerra e centenas de universitárias tenham se organizado em defesa de seus direitos por meio de petições e mobilizações nas ruas, em 9 de junho de 1984 foi aprovado o Código da Família, "que combinava ressonâncias napoleônicas com as doutrinas islâmicas da sharia" (FLOOD, 2016, p.6, tradução nossa[14]), reduzindo o status das mulheres ao de menores na sociedade. Além disto, o Código legalizava a poligamia, proibia a adoção e dificultava largamente a solicitação de divórcio por parte das esposas. Neste momento, o Estado argelino deixava evidente que iria aliar-se aos fundamentalistas e sacrificar a condição das mulheres a fim de manter o poder (FLOOD, 2016; MARZOUKI, 2010; SALHI, 2010).

Durante a década de 1980, a Argélia também sofreu uma forte crise econômica em decorrência da queda do preço mundial de petróleo em 1985, sua principal *commodity* (CLAPHAM, 1996). A crise levou o governo argelino a adotar medidas de maior abertura econômica, privatizações e redução de gastos públicos (IZERROUGENE, 2017). Ademais, a falta eficiência do governo em relação aos serviços públicos, o aumento da dívida externa, uma forte explosão demográfica e o grande aumento do desemprego foram fatores que agravaram a situação social e econômica da Argélia (YAZBEK, 2010). O descontentamento com o Estado cresceu rapidamente e uma onda de manifestações passou a assolar o país.

Estas manifestações foram fortemente apoiadas pelos movimentos fundamentalistas em ascensão, sendo o principal deles a Frente Islâmica de Salvação (FIS) (IZERROUGENE, 2017). A partir da pressão por parte da população, o governo iniciou uma abertura política em 1991 e pôs em andamento eleições democráticas, que indicavam uma vitória do FIS. Com a derrota iminente, no entanto, a FLN cancelou as eleições, prendeu diversos membros do partido islâmico e proibiu a continuação do mesmo (YAZBEK, 2010). Este movimento marcou o início da guerra civil entre FIS e FLN, que se estendeu até 2002.

14 Tradução livre, em original: "which combined Napoleonic resonances with Islamic sharia doctrines" (FLOOD, 2016, p.6).

## A Construção da narrativa nacional sobre a Libertação e os novos papéis de gênero

O grande contraste entre as posições sociais das mulheres argelinas na Guerra de Independência e nos anos seguintes está intimamente relacionado às representações sociais construídas e papéis sociais atribuídos a elas no novo Estado. As mulheres argelinas não se encaixam em um binômio simples, em que ora são agentes nas dinâmicas sociais, ora são passivas a elas, mas sua posição social relaciona-se a uma estrutura de gênero mais complexa (FLOOD, 2016). O espaço destinado às mulheres na construção da narrativa nacional sobre a Guerra de Libertação é essencial para se compreender de que forma as representações femininas atuaram como definidoras do status social e político das mulheres na Argélia pós-independência.

No pós-independência foram os homens que definiram a narrativa nacional sobre a Libertação, as mulheres não tiveram voz nesta construção uma vez em que sua participação não era considerada agência de fato, mas vista como auxílio, apoio ou ajuda. Essa deslegitimação da participação feminina, e sua consequente exclusão dos mitos nacionais sobre a Libertação levou a um esquecimento da própria atuação das mulheres na Independência (COOKE, 1994). Quando a presença feminina era reconhecida, era interpretada como um desvio dos papéis tradicionais femininos.

Esta reconstrução discursiva da participação feminina na Guerra foi movida pelo próprio Estado argelino. As alas mais conservadoras da FLN, lideradas por alguns dos mais importantes líderes da Libertação, conseguiram barrar quase toda agenda progressista no governo e associá-la à ocidentalização e à subversão da cultura muçulmana argelina (FLOOD, 2016). Nesse cenário, as veteranas de Guerra encontravam-se divididas entre querer reivindicar seus direitos, seu espaço político e contar sua experiência, "mas descobrir que dar voz a tais memórias ia contra a narrativa nacional dominante" (FLOOD, 2016, p.5, tradução nossa[15]).

Na sociedade pós-colonial, a maternidade adquiriu papel ainda maior na construção de representações femininas, e enquanto reprodutoras, as mulheres tornaram-se cada vez mais as responsáveis pela unificação nacional, pela transmissão e manutenção dos valores e símbolos nacionais. Esse papel, uma vez que enfocava a domesticidade feminina, em detrimento de uma participação pública e política, implicou a perda de voz política e capacidade de agência nas dinâmicas institucionais nacionais (FLOOD, 2016; ROBERTS, 2007; WILSON, 2018). Quando os ataques a civis começaram e a violência da Guerra Civil se generalizou, foram as mulheres as primeiras e maiores atacadas, muitas das violências foram específicas de gênero, ou expressavam essa relação. A Guerra Civil foi o marco de transformação de uma violência simbólica e estrutural, advinda dos silenciamentos do Estado, para uma violência física direta promovida pelos fundamentalistas (FLOOD, 2016).

15 Tradução livre, em original: "but finding that to voice such memories went against the dominant national narrative" (FLOOD, 2016, p.5).

Ataques específicos às mulheres ocorriam quando estavam em lugares públicos considerados masculinos, ou não vestidas adequadamente, ou engajavam-se em atividades consideradas "ocidentalizadas". Estes envolviam violência física, humilhação pública, e até mesmo o uso de ácidos. Essas punições demonstravam que a disputa sobre os papéis de gênero e o espaço ocupado pelas mulheres é central no fundamentalismo, e que a violência física é o instrumento utilizado por esses grupos para controlar o corpo feminino e instigar o terror social (SALHI, 2010). Por outro lado, a partir das resistências e da coragem das argelinas que se levantaram contra os fundamentalistas, surge uma nova representação destas mulheres. As feministas argelinas tornaram-se um símbolo de resistência ao conservadorismo e fundamentalismo (AMRANE-MINNE; ABU-HAIDAR, 1999).

## A extensão da luta anticolonial frente aos novos obstáculos à emancipação feminina

Após o fim da guerra de independência, havia um certo consenso de que as mulheres deveriam retornar às suas casas e aos seus papéis tradicionais dentro do lar (SALHI, 2010). Uma vez que o confronto terminou, as veteranas de guerra foram socialmente rejeitadas e deixadas de lado em suas posições oficiais no governo ou em seus antigos empregos. Muitas também foram repudiadas por seus maridos e familiares, que passaram a valorizar ideais femininos que se encaixassem nos papéis domésticos, em vez de veteranas de guerra. Assim, as mulheres que participaram diretamente dos confrontos foram isoladas, pois não se enquadravam mais nos novos papéis esperados das mulheres argelinas em um período pós-libertação (SALHI, 2010).

Com o descontentamento frente ao governo e as pressões dos grupos fundamentalistas, a implementação de políticas como o Código da Família, amenizaram a população, mas trouxeram um sentimento de traição às veteranas, que construíram o movimento de libertação e lutaram ao lado dos líderes que agora ocupavam o Estado (IZERROUGENE, 2017). A partir da insurgência da guerra civil, em 1991, as mulheres argelinas passaram a se organizar politicamente em torno da causa feminina (ENLOE; IBRAHIMI; SIGERT; VINCE, 2018; SLYOMOVICS, 2016).

As veteranas da libertação que compuseram estes grupos buscaram difundir suas histórias e contrapor a falsa retórica do discurso nacionalista para as gerações futuras. Elas organizaram passeatas e cartazes, reivindicando democracia e a manutenção dos ideais de emancipação estabelecidos ao início da guerra de independência. Esses atos políticos traziam os nomes das mulheres que lutaram pela emancipação feminina durante a guerra (SALHI, 2010; SLYOMOVICS, 2016), demonstrando que a resistência ao fundamentalismo as conectava, "relembr[ou] as mulheres dos papéis revolucionários que elas desempenharam em um passado não muito distante durante a luta argelina pela independência nacional e as

CC BY NC SA

estimulou a manter seus papéis como agentes de mudança e coesão social" (SALHI, 2010, p.113, tradução nossa[16]).

Buscando consolidar o movimento, as feministas argelinas passaram a organizar redes de solidariedade globalmente, principalmente, entre movimentos feministas islâmicos. Para estas mulheres, grupos como o FIS, realizam uma grande inversão dos valores que a fé islâmica busca estabelecer. Neste sentido, há a ambição de novas interpretações das leis islâmicas, evidenciando que o islamismo não defende a subjugação e opressão feminina, mas que os diferentes modos de interpretar as fontes religiosas, utilizados pelos grupos conservadores, que reforçam as estruturas patriarcais da sociedade (SALHI, 2010). Muitas das veteranas de guerra, assim como o próprio ideal da Libertação Nacional, veem no islamismo um elemento de resistência ao domínio colonial, isto se verifica na força política em torno do véu nos dias de guerra e se mantém ainda hoje no que ele representa para a identidade das mulheres argelinas.

O pós-independência refletiu a responsabilidade dessas mulheres em não apagarem a memória de sua presença na libertação, e de evidenciarem que a luta anticolonial não é apenas uma luta nacional, mas também uma luta coletiva por emancipação e liberdade. Neste sentido, a luta anticolonial, a partir de uma perspectiva feminista, continua enquanto se mantém o engajamento destas mulheres em lutarem pelos seus direitos, por sua voz, para legitimarem sua memória e seu espaço político nacional (ENLOE; IBRAHIMI; SIGERT; VINCE, 2018).

## CONCLUSÃO

Durante a libertação nacional, as mulheres argelinas desempenharam um papel prático e simbólico na luta anticolonial. As disputas de significado em torno do véu, da religiosidade e do status social da mulher foram centrais na luta de libertação, e evidenciam como as estruturas coloniais e orientalistas interseccionam-se às de gênero. Tanto nacionalistas quanto colonizadores buscaram utilizar a luta feminina inserida na sua propaganda internacional, uma vez que incentivava a adesão ao projeto e evidenciava credibilidade popular. Também, as mulheres participaram destas disputas e da luta de libertação, desafiando seus papéis tradicionais, participando da luta armada e ocupando espaços públicos.

Após o fim da guerra a representação dos papéis femininos relacionava a mulher enquanto protetora moral das famílias e transmissora das tradições muçulmanas à construção da nova nação argelina, e, assim, afastando-as da construção do Estado e da esfera pública. Além disso, o ambiente político-social permaneceu hipermasculinizado, com as disputas de poder

16 Tradução livre, em original: "remind[ed] women of the revolutionary roles they played in the not too distant past during the Algerian struggle for national independence, and stimulates them to maintain their roles as agents of change and social cohesion" (SALHI, 2010, p.113).

dos grupos fundamentalistas e nacionalista. As mulheres, então, não são percebidas como capazes participarem de conflitos, ou do próprio ambiente da guerra, uma vez que vai de encontro ao seu papel social estabelecido no âmbito doméstico. Isto associa-se à ideia de que a inclusão da mulher na esfera pública representava a imposição de valores ocidentais, e que estas deveriam atuar na transmissão dos valores nacionais no lar. A partir dos retrocessos legais e da ascensão dos fundamentalismos ao Estado, as veteranas e universitárias argelinas voltam a organizarem-se politicamente e atuarem publicamente. Tais organizações demonstram uma nova forma de agência política feminina desafiando as estruturas de gênero e papéis sociais impostos a elas, e a possibilidade de novas reestruturações de papéis de gênero futuras.

## REFERÊNCIAS


ABRAHÃO, Jéssica; VIEL, Paula. Liderança Feminina: O Espectro da Masculinização das Mulheres e os Desafios da Desigualdade de Gênero Em Posições de Poder. *41º Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação*. Joinville, 2018.

AMRANE-MINNE, Danièle Djamila; ABU-HAIDAR, Farida. Women and Politics in Algeria from the war of Independence to our day. *Research in African Literatures*, v. 30, n. 3, p. 62-77, 1999.

BARCLAY, Fiona; CHOPIN, Charlotte Ann; EVANS, Martin. *Introduction: settler colonialism and French Algeria*. 2018.

CLAPHAM, Christopher. *Africa and the International System: The Politics of State Survival***.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COOKE, Miriam. Arab women Arab wars. *Cultural Critique*, n. 29, p. 5-29, 1994.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics*. Berkeley: University of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia; IBRAHIMI, Khaoula. T.; SIEGERT, Nadine; VINCE, Natalya. Our Fighting Sisters: nation, memory and gender in Algeria, 1954–2012. *Women's History Review*, v. 27, n. 1, p. 120-129, 2018.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra***.** Trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FLOOD, Maria. Women resisting terror: imaginaries of violence in Algeria (1966–2002). *The Journal of North African Studies*, v. 22, n. 1, p. 109-131, 2017.

FOIS, Marisa. Algerian Nationalism: From the Origins to Algerian War of Independence. *Oriente Moderno*, v. 97, n. 1, p. 89-110, 2017.

GALLAGHER, Nancy. Learning lessons from the Algerian War of Independence. *Middle East Report*, n. 225, p. 44-49, 2002.

HORNE, Alistair. *A Savage War of Peace: Algeria 1954–1962***.** New York: New York Review Books, 2006.

IZERROUGENE, Bouzid. 2017. Argélia: A Tirania da identidade e a Ascensão fundamentalista. *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 275-312.

LALAMI, Feriel. L'enjeu du statut des femmes durant la période coloniale en Algérie. *Nouvelles questions féministes*, v. 27, n. 3, p. 16-27, 2008.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a Guerra de Independência da Argélia. *Monographia (FAPA)*, v. 1, p. 1-20, 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.

MARZOUKI, Nadia*. Images of Manipulation: Subversion of Women's Rights in the Maghreb*, 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́ . *The invention of women: Making an African sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PEREGO, Elizabeth. The veil or a brother's life: French manipulations of Muslim women's images during the Algerian War, 1954–62. *The Journal of North African Studies*, v. 20, n. 3, p. 349-373, 2015.

PETERSON, V. Spike. Gendered identities, ideologies, and practices in the context of war and militarism. In. ENLOE, Cynthia. *Gender, war, and militarism: feminist perspectives*. Bloomsbury Publishing USA, p. 17-29, 2010.

ROBERTS, Katherine A. Constrained Militants: Algerian Women 'in-between' in Gillo Pontecorvo's The Battle of Algiers and Bourlem Guerdjou's Living in Paradise. *Journal of North African Studies*, v. 12, n. 4, p. 381-393, 2007.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente***.** Trad. Tomás Rosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAJED, Alina. How we fight: Anticolonial imaginaries and the question of national liberation in the Algerian war. *Interventions*, v. 21, n. 5, p. 635-651, 2019.

SALHI, Zahia Smail. The Algerian feminist movement between nationalism, patriarchy and Islamism. *Women's Studies International Forum*, v. 33, n. 2, p. 113-124, 2010.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. *Gender, war, and militarism: feminist perspectives***.** Santa Barbara: Praeger, 2010.

SLYOMOVICS, Susan. "Hassiba Ben Bouali, If You Could See Our Algeria": Women and Public Space in Algeria. *Hawwa*, v. 14, n. 2, p. 226-236, 2016.

VINCE, Natalya. Transgressing boundaries: gender, race, religion, and "Françaises musulmanes" during the Algerian War of Independence. *French Historical Studies*, v. 33, n. 3, p. 445-474, 2010.

VISENTINI, Paulo. *A África na política internacional*. Curitiba: Juruá, 2010.

WADOWIEC, Jaime. Muslim Algerian Women and the Rights of Man: Islam and Gendered Citizenship in French Algeria at the End of Empire. *French Historical Studies*, v. 36, n. 4, p. 649-676, 2013.

WILSON, Siona. Severed images: Women, the Algerian War of Independence and the mobile documentary idea. *International Journal of Francophone Studies*, v. 21, n. 3-4, p. 233-254, 2018.

YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina***.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

YEGENOGLU, Meyda. *Colonial fantasies: Towards a feminist reading of Orientalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ZINE, Jasmin. Between orientalism and fundamentalism: The politics of Muslim women's feminist engagement. *Muslim World Journal of Human Rights*, v. 3, n. 1, 2006.